

BOLETIM

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS - ANO 11 - NÚMERO ESPECIAL COMEMORATIVO DOS 30 ANOS DA AAB - OUTUBRO DE 2001

Ano 11
Outubro 2001

 **ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS**

Av. Presidente Vargas, 1733 - sl. 903
Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20210-030
Tel / Fax: (0xx21) 2507 2239 / 3852 2541
E-mail: aab@aab.org.br
site: www.aab.org.br

DIRETORIA - biênio 2001/2003
Presidente - Maria Luíza Ferreira Lodi
Vice-Presidente - Jeane Motta de Macedo
1º Secretária - Ila de Souza Schult Martins
2º Secretário - Paulino L. de Souza Cardoso
1º Tesoureiro - Renato Baranda Ribeiro
2º Tesoureiro - Carlos W. M. de Almeida

CONSELHO DELIBERATIVO
Efetivos
Maria Izabel Oliveira (Presidente)
Ana Lucia Louzada Werneck
Cristiane do Amaral Quintans
Eliana Balbina Flora Sales
Felipe Fernandes Prado
Ila de Souza Schult Martins (licenciada)
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Paulino L. de Souza Cardoso (licenciado)
Rita de Cássia São Praio de A. Esteves

Suplentes
Ana Cibele de Souza Almeida
Leila Estephano de Moura
Márcio José Villard Aguiar
Myrian Regina da Silva
Ricardo Goulart Silva

CONSELHO FISCAL
Efetivos
Ivonne Tavares do Amaral
Sátiro Ferreira Nunes
Sebastiana Batista Vieira

Suplentes
Ivana Pereira Tavares
Mauro Vicente

COORDENAÇÕES

Comitês
Estudantes de Arquivologia:
Victor Rodrigues da Costa

Paleografia e Diplomática:
João Eurípedes Franklin Leal

Arquivos Universitários:
Rosale de Mattos Souza

Cursos
Lucia Maria Velloso de Oliveira

Boletim - Editoria
Leila Estephano de Moura
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Rosale de Mattos Souza
Sátiro Ferreira Nunes

Apoio Cultural:

TELOS S.A.
equipamentos e sistemas

EDITORIAL

Em 7 de junho de 2001, nas dependências do Arquivo Nacional, tomou posse a nova diretoria da AAB para o biênio 2001 - 2003, missão recebida de Mariza Bottino e equipe que, de 1997 a 2001, administrou a Associação com zelo, competência e realizações.

"A AAB forte e atuante com a participação de todos" é o lema de nossa plataforma para a gestão que ora iniciamos.

As nossas metas são dar continuidade as ações da diretoria anterior, dando ênfase a:

- Comemoração dos 30 anos da AAB, em outubro deste ano;
- Processo de reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da AAB;
- Política de retorno de ex-sócios e captação de novos;
- Criação e inclusão do cargo de Arquivista no quadro de pessoal de instituições públicas e privadas;
- Parcelamento de pagamento da anuidade;
- Registro de profissionais no Ministério do Trabalho;
- Estímulo e divulgação do Banco de Currículos visando colocar e recolocar profissionais e estudantes no mercado de trabalho e, finalmente,
- Colaboração com o Conarq no cumprimento de seus objetivos.

Conte conosco, este é, sem dúvida o principal objetivo da nossa gestão.

É imprescindível a participação de toda a classe para podermos atingir as nossas e traçarmos novas metas, assim como tentar melhorar algumas das dificuldades atuais como oportunidade de colocação no mercado de trabalho e melhoria salarial.

Neste sentido, estaremos em constante processos e discussões através de cursos, palestras, mesas redondas e todas as maneiras de intercambiar os novos conhecimentos na área.

Este Boletim é um número especial comemorativo dos 30 anos da AAB. Para esta comemoração promoveremos um encontro dos associados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 2001, de 9 às 17 horas, onde profissionais de destaque na Arquivologia farão palestras sobre temas atuais.

Maria Luíza Lodi
Presidenta da AAB

AINDA NESTA EDIÇÃO

Digitalização de Acervos Arquivísticos - elementos para análise por Sérgio Conde de Albite Silva

2

AAB em ação:

- notícias sobre o Conselho Federal de Arquivologia
- Registro no Ministério do Trabalho
- Criação do cargo de Arquivista

7

AL **TELOS** - soluções em arquivamento

as. PER
sociação do

Q2

por
Sérgio Conde de Albite Silva

Arquivista/Conservador, mestre em Memória Social e Documento, professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade do Rio de Janeiro e consultor em Arquivologia e Conservação do Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras.

INTRODUÇÃO

A ampliação do alcance da assim chamada Sociedade da Informação apresenta-se, cada vez mais, diretamente relacionada ao atendimento de uma demanda informativa da sociedade, independentemente do tipo ou teor de informação ou acervo. Nesse sentido, é que surge e se consolida a Ciência da Informação, englobando, entre outras áreas do conhecimento, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, indistintamente e sem privilégios de uma ou outra. Ainda que assim integradas, cada uma destas áreas e os seus correspondentes acervos, mantêm as suas particularidades e características próprias e, desse modo, mantêm, igualmente, necessidades e expectativas de tratamento técnico-científico específico, para a manutenção de tais particularidades e de características reveladoras do potencial informacional de cada tipo de acervo, através do fazer especializado dos correspondentes atores profissionais de cada área.

É nesse sentido que essas áreas do conhecimento, seus profissionais e acervos, para cumprirem sua função social e prestar os serviços a contento a essa sociedade, cada vez mais exigente em quantidade e qualidade em relação à informação existente e disponibilizada, firmam-se sobre o binômio **Preservação e Acesso**. Preserva-se para acessar e o acesso somente torna-se possível se os acervos estiverem preservados. Para que tal propósito se cumpra, ou seja, para que esta Sociedade da Informação seja atendida em suas expectativas, é pos-

sível observar-se uma premente necessidade de modificações no dispositivo metodológico empregado até então, frente às novas tecnologias e às mídias de informação e comunicação.

A consolidação social das três áreas do conhecimento referidas deverá se dar, necessariamente, pela proximidade destas com o usuário/consulente/pesquisador da informação, através da oferta segura, precisa e rápida dessas expectativas informacionais. E, em contra partida, ao ter atendida em suas reivindicações informativas, através dos serviços prestados pela Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, a Sociedade da Informação materializa-se e consolida-se e, ao apropriar-se da informação devidamente tratada, mais exige. Quer dizer, é, também, através desse "aval recíproco" que essas ciências da informação confirmam o seu espaço e função social e a Sociedade da Informação materializa-se.

Apesar de reconhecer-se que o universo documental/informacional abrangido pelas três áreas do conhecimento citadas extrapola em muito os acervos com os registros da memória social (ainda que estes tenham maior notoriedade na comunidade de pesquisadores), é preciso salientar que este artigo abordará apenas a questão da Preservação e Acesso através do uso das tecnologias de informação dos registros e acervos arquivísticos permanentes, acumulados em função de seu potencial para a memória social. Isto não significa prioridade ou urgência de um tipo de acervo sobre outro, mas tão somente uma escolha momentânea e pessoal do articulista.

No trato da informação arquivística, por exemplo, um problema que se avoluma e que, paradoxalmente, pouca visibilidade possui, é a questão do gerenciamento de documentos eletrônicos, ou seja, a organização arquivística e a preservação e acesso daqueles documentos que surgem e só existem em meios eletrônicos. Exemplo notório e complexo dessa situação são as mensagens trocadas por e-mails com assuntos da administração pública e as subseqüentes decisões que elas envolvem. Tais mensagens, que antes eram efetuadas por simplórias correspondências em papel e assim arquivadas, hoje são "deletadas" ou "salvas" basicamente a partir de decisões estritamente pessoais dos funcionários da administração pública em seus *Personal Computers*, proporcionando o surgimento de consideráveis brechas na formação de acervos potencialmente capazes de recontextualizar, no futuro, uma determinada circunstância histórica.

Isto posto, ratifica-se que o propósito deste texto é o de examinar o desenvolvimento e o estado atual das questões que envolvem a Preservação e o Acesso apenas de documentos/informações arquivísticas ditas permanentes, através de algumas interrogações e sugestões de elementos para análise. Um enfoque um pouco mais apurado e crítico da relação entre o emprego e as possibilidades da plataforma tecnológica disponível e as necessidades e expectativas dos Arquivos e de seu público, depende, neste momento, de alguns conceitos e entendimentos preliminares.

UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Qual o fazer técnico-científico de tais ciências da informação? Elas recolhem o DADO (elemento informativo básico e mínimo), transformam em INFORMAÇÃO (elemento referencial / de referência) que, por sua vez, poderá ser capaz de produzir CONHECIMENTO. É através desse CONHECIMENTO que a informação retornará à sociedade, completando o ciclo vital da informação. A coluna vertebral desse fazer técnico-científico é o já referido binômio Preservação e Acesso. É nesse contexto que o atual estágio da aplicação das tecnologias eletrônicas/digitais de informação e comunicação em acervos arquivísticos de instituições de memória (públicas e privadas) que os administram ocorre um acalorado debate, infelizmente ainda com poucos resultados objetivos. É possível observar duas atitudes e posições aparentemente antagônicas e irreconciliáveis. De um lado, uma parcela razoável de profissionais da área da informação, com uma atitude muitas vezes entendida, exposta e orgulhosamente aceita como heróica, pautada pela necessidade de "salvar os acervos" e impedir que a tecnologia disponível e utilizada mundialmente em escala geométrica atinja os acervos de memória, evitando-se, assim, a ameaça da digitalização. De outro, os *bureaus* de informática com os seus "vendedores de digitalização a qualquer custo" com promessas de produtos capazes de transformar um arquivo brasileiro em referência internacional do universo digital e a conseqüente inserção destes na "modernidade global", através da automática digitalização dos acervos. Há aí, portanto, uma certa visão simplista onde, de um lado estão os "mocinhos", os salvadores de acervos, e de outro, os "bandidos", os destruidores de documentos. Entre eles, uma necessidade real e premente em relação à preservação e o acesso dos acervos. Assim, à ameaça da inexorável deterioração dos acervos e sérias dificuldades de um acesso eficaz e seguro, provocado por causas por demais conhecidas como ataques biológicos, químicos, sinistros e vandalismos, acúmulo assistemático, desorganização e ausência de inventários mais rigorosos, soma-se, agora, a

ameaça da "digitalização inescrupulosa".

Ora, cabe ao profissional da informação resolver essa situação. O problema assim colocado exige antes orientações e diretrizes técnicas e científicas capazes de embasarem as posteriores escolhas políticas e decisões administrativas. Aos profissionais da informação compete a resolução desse paradoxo. E, para isso, o conhecimento técnico-científico apresenta-se como condição indispensável. Esse embasamento poderá oferecer não apenas diretrizes arquivísticas, biblioteconômica e museológicas seguras para os *bureaus* de informática e digitalização, como poderá proporcionar um outro patamar na interlocução com a esfera dos que decidem. Isto é, a verdadeira ameaça parece estar não na tecnologia em si, mas na fragilidade desse diálogo até então empreendido. Acrescente-se a essa circunstância, a dificuldade de reconhecer-se que tal plataforma tecnológica surgiu e subsiste como parte do mercado, e que isso significa aquisição, venda, lucro, consumo, capital... Portanto, a implementação do diálogo sugerido, implica em aceitar-se que o legítimo lucro das empresas de informática possa ser obtido em razão do atendimento das expectativas e necessidades também legítimas das instituições de acervos. A armadilha é achar que as instituições públicas e privadas de memória, secretarias de cultura ou entidades de classe dos profissionais da informação, poderão fazer frente a uma realidade inevitável, que está aí posta, simplesmente, se opondo à digitalização dos acervos. Ou são apresentadas alternativas que atendam a ambos os lados ou reconhece-se a impossibilidade do diálogo e entrega-se a preservação e o acesso dos acervos, mais uma vez, ao acaso. Será fundamental considerar ambos os lados da questão. De maneira diferente, corre-se sério risco na preservação e acesso dos acervos ao desconhecer que o que está em pauta é, além da memória, cultura, história, informação, cidadania etc., dinheiro e poder. Há um componente histórico a ser ainda considerado. A partir da década de setenta, o universo da Preservação de acervos deslocou o eixo da questão da intervenção, passando da decisão sobre o tipo e a profun-

didade do tratamento para escolhas éticas, filosóficas e conceituais. Passou-se, então, a privilegiar-se o conjunto e não mais o objeto, o edifício e não a sala, a agressão e não o agressor, a equipe e não o indivíduo, o longo prazo e não o curto prazo, o atendimento ao público e não ao profissional. Passou-se a perguntar "Por que fazer?" e não mais "Como fazer?". Hoje, caberiam, então, questões como Por que se digitaliza? Eliminam-se ou não os originais dos documentos digitalizados? Por que? Por que armazenam-se e acessam-se informações via CD-ROMs e internet? Por que teme-se a digitalização? Não parece produtivo a indicação messiânica do bom caminho. Será preciso observar essa conjuntura, identificar com precisão o que realmente pode e porque deve ser feito. A herança cultural/informacional existe e é frágil e o conhecimento técnico-científico da preservação e do acesso existe para atender a demanda social e não o contrário.

ARQUIVO
 NACIONAL
 (BRASIL)
 Acervo
 Bibliográfico

O CONHECIMENTO E AS ESCOLHAS POLÍTICAS

As instituições que lidam com o gerenciamento e a comunicação da informação vêm enfrentando problemas relacionados com a reformatação de seus acervos para preservação e acesso. Muito antes da simples aplicação de um determinado processo tecnológico de transferência de formato/suporte, depara-se com a questão do processo decisório sobre o uso das tecnologias de informação. A comparação e as listas de prós e contras em relação ao uso da microfilmagem ou da digitalização para a preservação e acesso dos registros informacionais, por exemplo, não são suficientes para assegurar as melhores escolhas e decisões. Algumas noções e conceitos novamente se impõem.

Assim, em relação ao binômio Preservação & Acesso, há a digitalização dos documentos (o documento original tratado como imagem e transferido integralmente para o suporte digital) e há a digitalização da informação contidas nos documentos (digitalização como referência – metadados – cumprindo a função de recuperação da informação/descrição/instrumentos de pesquisa). E mais.

Preservação

A utilização das tecnologias digitais para preservação de acervos arquivísticos recorrem ao mesmo tipo de intervenção que as mais tradicionais tecnologias de preservação, isto é, recorrem à reformatação de suporte. Isto significa, que, assim como a microfilmagem, por exemplo, a digitalização capta a imagem do documento (via *scanner*) e a disponibiliza em CD-ROMs, HDs, redes etc., armazenados e entregues para consulta, poupando os originais.

Ao reconhecer-se a necessidade de equipamentos (*hardware*) próprios e específicos para o acesso à informação nessas condições, bem como a velocidade com que a indústria do setor avança, tornando obsoletos em 2 ou 3 anos tais equipamentos, a decisão de digitalizar documentos arquivísticos deverá remeter a um planejamento a longo prazo que considere essa situação, principalmente, em relação aos recursos financeiros para atualização de *hardware* e em relação aos recursos humanos para a continuidade desse tipo de operação, tanto da operação dos equipamentos em si como da digitalização de novos acervos.

É nessa conjuntura que a microfilmagem consolida-se como a tecnologia de informação mais adequada para PRESERVAÇÃO de documentos planos (documentos textuais sobre papel e documentos iconográficos, inclusive fotografias em P & B). De outro lado, a utilização da microfilmagem torna-se impossível para a reformatação de documentos em registros magnéticos e filmicos (fitas de áudio e vídeo e película cinematográfica).

Acesso

Em relação ao acesso, a consolidação das tecnologias digitais e o seu predomínio parecem inquestionáveis. A comunicação via Internet praticamente derrubou (do ponto de vista dos impedimentos meramente tecnológicos, mas não ideológicos ou comerciais) as barreiras de acesso à informação no mundo inteiro. Cada vez mais é possível ob-

ter informação sobre praticamente tudo e todos assuntos na grande rede, desde que estes estejam franqueados a partir de decisões e escolhas anteriores (políticas, educação, direitos autorais etc.) ou do ponto de vista da propriedade dos acervos e da correspondente venda da informação.

Além disso, a intimidade com os equipamentos (microcomputadores) tornados aparelhos domésticos, ampliam o seu alcance como tecnologia de acesso. É nessa conjuntura que a informática consolida-se como a tecnologia de informação mais adequada para o ACESSO dos documentos em qualquer suporte ou mídia.

Para não fugir das já mencionadas listas de prós e contras, pode-se dizer que as vantagens da imagem digital para a preservação consistem, basicamente, na diminuição do acesso aos originais, na fidelidade ao original da imagem obtida, e fidelidade na multiplicação de cópias. Em relação ao acesso, as vantagens da imagem digital estão na distribuição em rede, no múltiplo acesso simultâneo, na multiplicidade de derivados (*links*). As desvantagens da imagem digital estão na evolução tecnológica acelerada, na enorme disparidade na qualidade e capacidade de *hardwares* e *softwares*, nos necessários períodos de transição em que são exigidos duplicidade dos investimentos (simultaneamente nos sistemas tradicionais e nos novos sistemas), questões com direitos autorais, dificuldade de implementação de normas e padrões internacionalmente compreensíveis e atenção especial e constante às necessidades de armazenagem e migração.

Em relação ao acesso de documentos de arquivo é preciso salientar que as possibilidades de indexação e cruzamento de dados e de informação da tecnologia digital substituem, com vantagens, a concepção, produção e publicação dos diferentes instrumentos de pesquisa tradicionais, como guias, inventários, repertórios, catálogos, índices etc. Isto não significa que estes instrumentos convencionais devam ser abandonados, mas que a informática agiliza o processo de divulgação e acesso aos documentos.

Considerações preliminares

Do ponto de vista da preservação, a primeira e incontornável condição para a digitalização do acervo ou de parte do acervo é a sua organização arquivística completa e total. Imediatamente após, é necessária a sua consolidação física e acondicionamento. Um terceiro momento, deverá ser a microfilmagem para preservação (35mm, controle de qualidade no processamento químico, geração de matrizes e cópias de consulta) dos documentos planos, a produção de negativo de segunda geração para as fotografias e cópias de segurança para os registros magnéticos e filmicos.

Do ponto de vista do acesso, tanto a digitalização do documento arquivístico como imagem como a digitalização da informação arquivística como referência, estão condicionadas, novamente, pela organização arquivística. Nessas condições, a digitalização dos acervos arquivísticos será muito bem vinda e certamente proporcionará dados/informação/conhecimento de fundamental importância para o desenvolvimento cultural, histórico, literário, informacional da sociedade brasileira.

A metodologia para a digitalização dos acervos, do ponto de vista da Arquivologia, deverá atender algumas referências específicas da área. Ou seja, não basta a simples mudança de suporte para que a informação arquivística seja preservada e acessada em toda a sua potencialidade. A mudança de suporte não deverá alterar a hierarquia e as condições arquivísticas dos originais, principalmente em relação à classificação/arranjo. Ainda que se remeta à existência das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF) e, por mais óbvias que sejam, algumas orientações se fazem necessárias para a reformatação digital de um arquivo, fruto da observação de algumas iniciativas tomadas nos últimos anos no Brasil. Entre outras:

- Oferecer um "batismo" ao CD-ROM ou ao site na internet, ou seja, dar um título claro e revelador de seu conteúdo, bem como listar as partes que o compõem.
- Apresentar a instituição proprietária do acervo e situá-la no

- tempo e no espaço, explicando as linhas de acervo existentes.
- Introduzir o leitor/pesquisador/consulente em relação ao que irá encontrar no CD-ROM/site, explicando a composição e a organização do Arquivo, do fundo arquivístico e/ou da coleção de documentos.
- Apresentar o respectivo organograma documental geral, com a composição e a organização do Arquivo, com uma descrição sumária de cada uma de suas séries e subséries, dando a conhecer a hierarquia da totalidade do acervo.
- A primeira imagem na tela do monitor de cada um dos documentos escaneados deve vir cercada por, no mínimo, 3 margens. Isto é, as reproduções devem ter um tamanho tal na tela que o consulente, no primeiro momento, perceba a totalidade superior do documento através de seus limites à esquerda, à direita e acima. O uso de *zoom* possibilitará, a partir daí, a leitura em detalhe do documento.
- Nos créditos, sugere-se a inclusão dos nomes dos profissionais da equipe técnica do Arquivo que produziram o tratamento arquivístico, em destaque e antes dos nomes e qualificações dos produtores da digitalização.
- A digitalização dos documentos, pela empresa contratada, deverá ser feita nas dependências do Arquivo e com acompanhamento dos arquivistas responsáveis.
- A sequência na digitalização dos documentos e, principalmente, a gravação, no caso de CD-ROM, deverá obedecer, estritamente, o arranjo arquivístico estabelecido.

- Indica-se, para garantir qualidade ao produto nos moldes e padrões desejáveis, que, antes da gravação final do CD-ROM ou do lançamento do site, o seu conteúdo integral seja submetido a uma análise técnica pela equipe do arquivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já é possível, no início deste milênio, observar mudanças importantes no encaminhamento de prioridades para a Preservação e Acesso dos documentos/informação arquivística. O glamour da restauração e a sacralização dos documentos via sua exposição cede espaço à preocupação com o planejamento da preservação e do acesso. Entretanto, preocupa o fato de em algumas áreas persistir a necessidade de orientação para a organização de acervos e, de maneira geral, existir, ainda, uma grande lacuna quanto ao conhecimento na aplicação de recursos tecnológicos e de estratégias políticas para avaliação e eliminação de acervos arquivísticos, no momento da reformatação dos documentos, em especial através da digitalização.

O desenvolvimento das ações que visam a preservação dos acervos depende sobretudo de decisões administrativas que promovam as necessárias mudanças para adequar os serviços da instituição às novas tecnologias de acesso e preservação. A decisão sobre prioridades e medidas de preservação deve ser tomada em consenso, e mesclar questões relacionadas ao conteúdo intelectual e à frequência de uso dos documentos, considerando ainda o grau de fragilidade dos diferentes suportes documentais, mas, acima de tudo, oferecer garantias de acesso às gerações futuras.

Por isto, antes de qualquer recurso material, a interlocução entre as decisões políticas e o conhecimento técnico-científico impõem-se como primordial. Neste sentido, as instituições responsáveis pelos conjuntos documentais apresentam-se, através de seus profissionais especialistas (arquivistas/conservadores) como os interlocutores capazes de contribuir no processo decisório das prioridades para preservação e acesso.

Não há dúvida de que a qualificação dos profissionais da informação se reflete diretamente sobre a qualidade dos serviços que a instituição presta e prestará. Entretanto, a digitalização de documentos arquivísticos não conta, ainda no Brasil, com uma política ampla e consistente. Esta atividade ainda se limita a iniciativas isoladas, limitadas a pouquíssimas instituições, freqüentemente, muito longe do diálogo proposto.

Experiências importantes vividas no desenvolvimento de alguns projetos no Brasil poderão servir como subsídios para se elaborar um programa brasileiro de reformatação dos conjuntos documentais, através, por exemplo, de um elenco de diretrizes políticas, administrativas e técnicas que indiquem graus de prioridade e critérios mínimos para o desenvolvimento da digitalização dos acervos arquivísticos de forma transparente e segura. O papel dos arquivistas e dos demais profissionais da informação é central.

Sérgio Conde de Albite Silva

AAB EM AÇÃO

A questão dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia

Diante de insistentes questionamentos de nossos colegas e de estudantes de Arquivologia, quanto a inexistência de um conselho profissional, decidimos pesquisar em nossos arquivos, relatar os procedimentos realizados em gestões anteriores e comunicar que estamos providenciando nova tentativa. O texto na íntegra se encontra em nossa página na Internet, em AAB em Ação.

Acreditando que esta pesquisa, que teve como objetivo principal obter dados e esclarecimentos, muito nos ajudará a lutar para atingirmos uma de nossas metas de gestão que é a criação do nosso Conselho. Finalizamos lembrando que o lema da nossa gestão é: "AAB forte e atuante com a participação de todos". Sejam bem vindos a esta luta.

Registro no Ministério do Trabalho

De acordo com a Lei nº 6.546 de 04/07/1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e no Decreto nº 82.549 de 06/11/ 1978, que regulamenta a citada Lei, trazem em seu Art. 4º a seguinte redação:

"O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho."

Em pesquisa realizada junto ao Setor de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho, situado na Avenida Presidente Antonio Carlos, Centro, Rio de Janeiro, constatamos que no registro constam cerca de 5.390 Arquivistas até julho de 2001.

Para fazer seu registro é necessário a apresentação do Diploma e de sua xerox , assim como da Carteira de Identidade e do CPF.

Esta atitude também é participação.

Criação do Cargo de Arquivista

No dia 20/08/2001, fomos recebidas pelo Exmo. Sr. Dr. Délio Leal, Deputado da Assembléia Legislativa, e solicitamos a criação do Cargo de Arquivista nos três poderes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através de um Projeto de Lei.

Destacou-se que o 1º Curso de Arquivologia do Brasil foi criado no Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ – atual UNI-RIO), posteriormente foi criado o curso de Arquivologia da UFF, ambos na década 70.

Quanto à profissão foi regulamentada por Lei em 1978, considerando que apesar dos Arquivos Públicos Brasileiros desfrutarem de credibilidade institucional já reconhecida, entretanto os Arquivistas ainda não alcançaram o mesmo *status*, talvez pela ausência do cargo nas diversas instâncias do poder público estadual.

O Deputado Délio Leal simpatizou com esta nossa luta, e solicitou cópia da Lei e do Decreto supra citados, os quais foram encaminhados através da CT/AAB/016/2001.

Confiantes no apoio do referido Deputado, aguardamos que novas luzes surjam nos caminhos profissionais dos Arquivistas.



ANOTE:

Home Page da AAB

Visitem nossa página: <http://www.aab.org.br>
Opinem! Anunciem suas empresas! Acompanhem nossas ações!

Jeane Motta
Vice-Presidenta da AAB

Cursos promovidos pela AAB

A atual gestão da AAB está implementando ações para promover cursos de interesse dos profissionais de informação.
Aguardem novidades!

O primeiro curso promovido pela AAB com o apoio da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Telos: **"Imagens em Movimento - Preservação e Técnicas de Organização de Filmes, Fitas e Vídeos"** com o professor Carlos Molinari Jr. foi um sucesso! Tivemos que organizar 2 turmas, porque a procura foi muito grande. A 1ª turma foi de 24 a 29/09 e a 2ª de 15 a 19/10.

MIX

- Firmado convênio entre a AAB e o Arquivo Geral da Cidade para a Preservação e Acesso a Documentação da Municipalidade Carioca: a garantia do Direito à informação, à memória e à cidadania, com recursos do Projeto ADAI – Ajuda aos Arquivos Ibero-americanos.
- Até julho 2002, o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro estará ocupando as novas instalações do conjunto tombado da Praça da República. Nesta nova sede o Arquivo Nacional buscará aprimorar o atendimento ao seu usuário otimizando o acesso ao seu acervo potencial.
- Conservadores de CD, Alerta!
Cientistas espanhóis identificaram um tipo de fungo que, submetido a temperaturas superiores a 30° e a uma umidade de 90%, alimenta-se do carbono e do nitrogênio das camadas plásticas de policarbonato dos CDs, destruindo as informações gravadas.
- Medida provisória institui a ICP-Brasil
A Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil foi instituída pela medida provisória 2.200 publicado em Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2001. O governo brasileiro com esta iniciativa pretende assegurar a autenticidade, integridade e validação jurídica dos documentos em forma eletrônica.
- O Arquivo Nacional promove o "Seminário Internacional de Segurança em Instituições Patrimoniais" nos dias 12 e 13 de novembro de 2001, no auditório da Fundação Casa de Rui Barbosa com o objetivo de reunir profissionais do Brasil e Espanha para discutir de temas voltados aos diversos aspectos da segurança dos Arquivos.
- O Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa lançou em setembro o Inventário do Arquivo de Pedro Nava.
- O Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins acaba de publicar o seu Guia de Fundos. É uma edição revisada e atualizada, elaborada de acordo com a Norma ISAD-G (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística). Este instrumento de pesquisa pode ser adquirido no próprio MAST.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

HOMENAGEM

Para comemorar os 30 anos da AAB vamos reunir expoentes da Arquivologia Brasileira no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 2001, antecipando o Dia do Arquivista, que é dia 20 de outubro.

Sobre o ensino de Arquivologia estaremos recebendo Mariza Bottino, Maria Odila Kahl Fonseca e José Maria Jardim.

Sérgio Conde Albite Silva falará sobre a digitalização de acervos arquivísticos enfocando os aspectos da preservação, e Marilena Leite Paes fechará este encontro comemorativo apresentando as realizações do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

Na ocasião, a AAB, buscando rememorar sua trajetória institucional nestes 30 anos de existência, e reconhecendo o mérito de instituições e pessoas que nos ajudaram a fortalecer tanto a Associação quanto a Arquivologia no Brasil, oferece um Diploma para celebrar a data.

Serão homenageados os presidentes da AAB, instituições e empresas que sempre prestigiaram a Associação e personalidades da Arquivologia Brasileira.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS - AAB

Av. Presidente Vargas, 1733 - Sala 903
Centro - 20210-030 - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2507 2239/3852 2541
E-mail: aab@aab.org.br
Site: www.aab.org.br

ARQUIVO NACIONAL

HQ. Nº 76194 Brasília
08.06.2001

Brasília

de dedicação e compromisso com a Arquivologia no Brasil

TELOS - soluções em arquivamento

NO
AL

Fas. 76194 C1
Boletim da As
a.11 n.especi
out./2001